

*Filosofia Natural Lusa: A Viagem Philosophica e a  
Política Iluminista na América Portuguesa  
Setecentista*

**Eulália Maria Aparecida de Moraes**

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAGUÁ

**Christian Fausto Moraes dos Santos**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

**Rafael Dias da Silva Campos**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

---

ABSTRACT

---

This article examines the action of the Lusitanian crown, to promote, in 1783, the travel of Alexandre Rodrigues Ferreira into America, to collect and describe animals, plants and minerals, besides delimiting frontiers in litigation with Spain. The article also allows us to rediscuss that classic perspective of the Lusitanian's Enlightenment as a tardy and shy movement.

**Keywords:** Portuguese enlightenment; history of science; philosophical journey; natural philosophy; Portuguese America

Este artigo tem por objetivo analisar as viagens filosóficas implementadas pelo Império português no século XVIII, com especial referência à *Viagem Philosophica*, dirigida por Alexandre Rodrigues Ferreira. Apesar da relevância para a época, a *Viagem* de Ferreira ainda é pouco discutida na esfera internacional. As consequências de sua expedição, tanto para o Império português, quanto à própria vida de Ferreira, ainda não foram analisadas a contento. Neste sentido, este artigo busca examinar a ação da coroa lusa, ao promover em 1783, a *Viagem* de Alexandre Rodrigues Ferreira à América, para coletar, descrever, herborizar e taxidermizar animais, plantas, minerais, cultura material de várias etnias, além de delimitar as fronteiras em litígio com Espanha. O artigo permite-nos ainda, rediscutir aquela perspectiva clássica do Iluminismo português enquanto um movimento tardio e tímido.

**Palavras-chave:** iluminismo português; história das ciências; viagem philosophica; filosofia natural; América portuguesa

---

## O contexto português das viagens filosóficas setecentistas: Alexandre Rodrigues Ferreira, sua Vida, sua *Viagem Filosófica*

Durante o século XVIII, a Europa proporcionou uma investida mundial de filósofos naturais e naturalistas percorrendo os mais recônditos entrepostos coloniais das metrópoles imperialistas. Um dos alvos mais procurados no caso português foi a colônia americana, que recebeu a visita de diversos investigadores dos três reinos naturais, a fim de catalogar e maximizar as possibilidades exploratórias do reino, de modo a não perder a corrida que naqueles anos se processava<sup>1</sup>.

Fomentada pela coroa, a política de difusão e intensificação das viagens filosóficas<sup>2</sup> foi burocraticamente levada a termo por Ministros e altos funcionários. Conforme notaram Ermelinda Pataca e Ana Lúcia Cruz, Martinho de Mello e Castro (1769-1796) e, posteriormente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801) promoveram uma busca pelas potencialidades das colônias (Pataca, 2007, p. 385; Cruz, 2004, p. 122-123) em uma promoção do utilitarismo que foi comum na Europa iluminista (*ivi*, pp. 124-127). Neste sentido, Lorelai Kury defendeu igualmente um pragmatismo não somente luso-brasileiro, mas também europeu. Para ela, a crítica ao conhecimento diletante era geral na Europa iluminista, tendo a burocracia estatal, nos cargos de governadores e capitães-generais, papel fundamental no exercício da, chamada por ela, “racionalização das práticas administrativas” (Kury, 2004, pp. 110-112). Oswaldo Munteal Filho, discutindo o caso específico de Caetano da Costa Matoso, também buscou analisar o “denso inventário das potencialidades das colônias” (Munteal Filho, 1999). Mas para Maria de Fátima Costa, as viagens filosóficas lusas se caracterizaram pela proposta do italiano Domenico Vandelli (1735-1816), natural de Padova. Segundo ela, as viagens que Vandelli idealizou deveriam ser organizadas, dirigidas e financiadas pelo Estado imperial português (Costa, 2001, pp. 994-995). Neste sentido, a prospecção da natureza luso-brasileira estaria imersa em um projeto estatal de financiamento (*ibidem*).

Autores como Nelson Papavero, notaram a participação de estrangeiros encarregados pela coroa portuguesa em comissões às colônias, no contexto das demarcações de limites (Papavero - Sanjad - Chiquieri - Overal - Mugnai, 2010). Embora não especificamente encarregado de esquadrihar a natureza americana, pois fora indicado pelo papa Bento XIV para integrar a Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), o astrônomo bolonhês Giovanni Angelo Brunelli (1722-1804) terminou por produzir todo um inventário do mundo natural amazônico, tendo Brunelli comentado acerca da

<sup>1</sup> Para uma discussão geral acerca das viagens filosóficas portuguesas, ver Pataca (2006) e Verran (2006).

<sup>2</sup> Rómulo de Carvalho definiu por que estas viagens recebiam o nome de “filosóficas”, afirmando que as reformas pombalinas na Universidade de Coimbra postularam a atitude filosófica como o ato de “observar, analisar e interpretar” o mundo natural à volta (Carvalho, 1987, p. 86). Todavia, Carvalho negou as preocupações econômicas, também presentes nas viagens filosóficas, ao afirmar que tais expedições se deram “sem intuito econômico imediato” (*ivi*, p. 87). Ainda assim, sua discussão sobre as viagens filosóficas é uma importante análise acerca deste processo histórico (*ivi*, pp. 86-105). Acerca da relação História Natural, economia e governo, ver Nelson Sanjad (2001, pp. 29-30). Apesar de sua tese versar sobre tema diverso, Sanjad (2001) analisou diversos elementos constituidores das viagens filosóficas, na medida em que este tema se inter cruzava com seu objeto de análise.

pororoca, do peixe-boi, do poraquê e raias, dentre outros seres do universo faunístico da região (*ibidem*).

Outro pouco conhecido, embora importante, personagem deste contexto foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Tendo sua trajetória analisada por Alex Varela e Maria Margaret Lopes, Martim Francisco participou de diversas viagens filosóficas, principalmente relacionadas à prospecção e análise das minas da capitania de São Paulo. Martim Francisco também foi aluno de Vandelli e sua formação seguia as instruções postuladas pelo mestre paduano, inventariando a natureza ainda por ser organizada (Varela; Lopes, 2007).

Também aluno de Vandelli, João da Silva Feijó (1760-1824) realizou diferentes viagens filosóficas na capitania do Ceará investigando minas de salitre, cobre, ferro, sendo que sua obra foi densamente analisada por Maria Margaret Lopes e Clarete Paranhos da Silva (Lopes; Silva, 2003; Lopes *et al*, 2005; Silva; Lopes, 2004).

Conduzidas principalmente por meio de Instruções (Pataca, 2005), as expedições (promovidas pelo Estado português), planeadas neste contexto pelo italiano Domenico Vandelli (Pataca, 2003, p. 981; Raminelli, 1998, p. 7), ficaram marcadas pela participação de Alexandre Rodrigues Ferreira. Apesar de a viagem filosófica de Ferreira ter sido bastante estudada, restam, porém, aspectos ainda pouco discutidos. Deste modo, realizaremos a discussão da vida e viagem deste filósofo natural, analisando questões polêmicas, pouco discutidas pela historiografia.

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu no dia 27 de abril de 1756 na cidade de Salvador, Bahia. Luso-brasileiro por nascimento, morreu em Lisboa no dia 23 de abril de 1815, na semana em que completaria 59 anos. Ainda jovem deixou a América portuguesa para realizar os estudos superiores na Europa. Ao chegar a Portugal, com 14 anos, pensava nas Ciências Jurídicas, contudo, foi atraído pelas Ciências Naturais e, em dois de julho de 1778, formou-se em filosofia natural<sup>3</sup> pela Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra, então reformada pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). Graduado, foi convidado a ocupar uma cadeira na Faculdade, mesmo porque, dois anos antes de se formar, já era *demonstrador* de História Natural, sendo que em 1779 obteve o grau de doutor.

Através das coletas de espécimes botânicos, zoológicos, mineralógicos e etnológicos, Alexandre Rodrigues Ferreira buscou criar um inventário da natureza, uma perspectiva que estava associada à racionalidade iluminista, onde as espécies deveriam ser classificadas, agrupadas e descritas em reinos, classes, ordens, gêneros e espécies (Linné, 1767). Seu trabalho buscou aliar os interesses administrativos, diplomáticos e estratégicos da coroa portuguesa aos do filósofo natural (Domingues, 2001; Silva, 1995, p. 13), que desejou desempenhar a tarefa de estudioso na América portuguesa.

Desde 1764, sob a administração centralizadora do Marquês de Pombal, projetaram-se reformas na área da educação e cultura; não sem dificuldades, acreditavam eles, pois algumas decisões poderiam colocar em risco o Estado

---

<sup>3</sup> No século XVIII as ciências modernas da zoologia, botânica, geologia, entre outras, estavam todas incluídas na História Natural, sendo que esta, por sua vez, fazia parte do curso de Filosofia Natural (Hankins, 2004, p. 11). Martin Rudwick ressaltou que não havia uma distinção hierárquica entre filosofia natural e História Natural, sendo que à História Natural caberia a exclusiva descrição do mundo natural, enquanto que a filosofia natural estaria encarregada de não só descrever, mas também explicar as informações apresentadas (Rudwick, 2005, pp. 52-55).

absolutista. Contudo, a despeito da ideia de um Portugal conservador, as reformas do ensino primário, secundário e universitário foram levadas a efeito por Pombal, instaurando no Reino as ideias e metodologias da filosofia moderna, sendo que na segunda metade do século XVIII, os adeptos desta nova filosofia tornaram-se mais numerosos e conhecidos (Santos, 2006).

Em 1764, Domenico Vandelli, doutor da Universidade de Padova, foi indicado à Universidade de Coimbra pela administração pombalina. Catedrático em História Natural, Vandelli era correspondente daquele que seria reconhecido mundialmente como criador da sistemática zoológica e botânica: o sueco Carl von Linné. É relevante a presença do catedrático italiano Domenico Vandelli no cenário acadêmico luso setecentista, uma vez que este seria o orientador do filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira e, posteriormente, lhe indicaria para dirigir a expedição à América portuguesa, que ficaria conhecida como *Viagem Philosophica*.

As expedições filosófico naturais financiadas por Portugal na segunda metade do século XVIII objetivavam inventariar as possibilidades econômicas decorrentes dos recursos naturais das colônias. Estes bens poderiam ser fruto de quaisquer dos três reinos à época conhecidos. Do reino mineral as preocupações estavam voltadas para a otimização da extração de ouro e diamantes, para o ferro e aço, salitre e diversos produtos como o verdete e o alvaiade (produtos utilizados na tinturaria, o primeiro do cobre e o segundo de carbonato de chumbo) ou os empregados na medicina, como o nitrato de prata, também conhecido por cáustico lunar, usado como cicatrizante. O reino animal dispunha de uma infinidade de espécies a serem inventariadas, pois não apenas o utilitarismo e pragmatismo iluminista e as necessidades financeiras motivavam a coroa a requerer novos conhecimentos sobre seus domínios ultramarinos (Silva, 1995). A própria relação do homem com o mundo natural, creditava aos animais classificados como perigosos e daninhos interesse especial, eles compunham um rol necessário às sociedades no interior do espaço colonial. Com as plantas não foi diferente, suas potencialidades financeiras, medicinais e alimentares marcaram as predileções portuguesas pelas culturas do linho-cânhamo, pelas drogas do sertão, copaíbas, entre outras.

Portugal buscava manter a dianteira em relação às demais potências no contexto de uma revisão de suas metodologias exploratórias. Aliás, esta era uma política que outros países europeus igualmente vinham tomando. Informadas, também por meio de correspondências com outras academias de ciências, as autoridades portuguesas estavam convencidas da necessidade de promoção das pesquisas, estimulando a coleta e observação das colônias. Neste sentido a produção de extensos relatórios acerca dos bens coloniais foram um modo encontrado por Lisboa para se manter informada acerca de suas possessões de ultramar.

No contexto destas viagens filosóficas, Alexandre Rodrigues Ferreira foi oficialmente encarregado da expedição às regiões da colônia ao Norte e as que faziam fronteira com a América hispânica, um trabalho considerado hoje como o maior empreendimento naturalista realizado na América portuguesa pela Coroa em todo o período colonial (Pataca, 2005, p. 150). Dentre as várias tarefas delegadas à expedição, podemos destacar a de descrever e catalogar a natureza amazônica e parte da bacia do Rio Amazonas, além de um trabalho de reconhecimento *in loco* das possessões da Coroa, bem como a delimitação das

fronteiras geopolíticas de forma que não houvesse conflitos com os vizinhos coloniais, os espanhóis.

Deste modo, as dificuldades vividas por Ferreira posteriores ao regresso à Europa foram pensadas tendo em foco a documentação produzida pelo filósofo natural e pela burocracia da coroa portuguesa. Por fim, discutimos o estado atual do patrimônio da Viagem Philosophica (dividido entre arquivos do Brasil, Portugal e França) e as ações possíveis, inclusive diplomáticas, na defesa dos bens culturais ainda preservados dela decorrentes.

### **A Viagem Philosophica (1783-1792) na América Portuguesa**

Em 31 de agosto de 1783, o filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira e a equipe que o acompanhava deixaram Portugal com destino à América portuguesa. As atribuições e nomeações incluíam, além do próprio Rodrigues Ferreira, apenas um jardineiro botânico e dois riscadores<sup>4</sup>. Entre os biógrafos de Alexandre Rodrigues Ferreira, encontram-se informações de que era intenção de Portugal enviar um séquito maior para compor a expedição *Viagem Philosophica*, entre eles o próprio Domenico Vandelli. Este prestaria orientação à expedição, permanecendo no Rio de Janeiro. Houve, contudo, uma mudança de planos cuja razão, pelo momento, não se explica senão por conjecturas, uma vez que Vandelli não os acompanhou.

No que diz respeito às forças armadas que teriam acompanhado o filósofo natural – como se noticia de outras expedições –, para o desafio pelos sertões das capitanias da América portuguesa, é preciso desfazer alguns equívocos. O que se confirma por meio de documentos é que além dos dois riscadores e do jardineiro botânico, designados para compor a expedição desde Portugal, apenas um pequeno destacamento foi autorizado pelo Governador Geral da capitania do Grão-Pará para acompanhá-los, quando chegassem à América (Lima, 1953, pp. 263-264).

A *Viagem Philosophica* percorreu as capitanias do Grão-Pará, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, o que corresponde hoje à Amazônia legal, além do atual Estado do Mato Grosso do Sul.

Em janeiro de 1788 a *Viagem Philosophica* recebeu instruções para adentrar o Rio Madeira com destino à Vila Bela da Santíssima Trindade, então capital da capitania de Mato Grosso, onde encontrariam o Capitão-General Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres (1739-1797). Para executar tal empreendimento, Alexandre Rodrigues Ferreira obteve concessões para tomar as providências necessárias a fim de dar prosseguimento à expedição. Dessa feita, Rodrigues Ferreira requisitou que viessem da cidade de Belém mais algumas *tropas* para a liberação de, ao menos, dezesseis homens a serviço da expedição, entre soldados e carpinteiros. Ajuntava-se, ao pedido, um ajudante de cirurgia, cem índios remeiros e um sacerdote capelão, devidamente munido de um “altar portátil, de alguns cubos de bem examinadas, e repartidas hóstias, de Vinho, e de algumas libras de cera em velas, para tudo servir ao exercício do seu Ministério” (*ivi*, pp. 242-243). Eram imprescindíveis as embarcações – de preferência novas –, algumas com “toldas de palhas [...], bem construídos, com bastante chão de caverna, [...] e de sete remos por banda, por serem assim os

---

<sup>4</sup> Riscadores era como, no século XVIII, se denominavam os responsáveis pelos desenhos feitos durante uma expedição.

mais próprios para aquela Navegação [...]” (*ibidem*). Lembremo-nos que tal preocupação se fundamentava, pois boa parte da expedição seguiria por via fluvial.

A fim de conseguir todo este amparo logístico durante sua expedição pela colônia, Alexandre Rodrigues Ferreira apresentou documento, autorizado pela rainha, para solicitar ajuda entre os administradores. Tal solicitação ordenava que um permanente serviço e pessoal estivessem à sua disposição, para que a empreitada tivesse êxito. Contudo, as dificuldades foram frequentes. No recrutamento dos índios remeiros para a expedição, as *cartas ofício* deixavam aos governadores os critérios de convocação destes nativos. Ao que parece, havia uma resistência em oferecer braços, embarcações e provisões para a expedição.

[...] e quanto aos Índios, dos que de mais dessa Villa, se deverão aprontar nas mencionadas de Serpa, e Silves, não só na forma que já está advertido, como por efeito desta ordem, que Vm.ce, a ser preciso, mandará apresentar àqueles Diretores, os quais em tudo, e por tudo, auxiliarão a diligencia de que se trata até o ponto de ficarem sem um único Índio nas Povoações, ainda mesmo daqueles que estiverem concedidos por pescadores, ou por quaisquer outros motivos; pois que a tudo deve preferir o interesse do Real serviço, como em caso de urgência o fará Vm.ce, assim entender aos mesmos Diretores, e que por qualquer falta, ou omissão com que se comportem, serão sem duvida muito severamente castigados. Barcellos, em 21 de Julho de 1788. João Pereira Caldas (*ivi*, pp. 261-262).

Esta era uma situação que tornava a execução da *Viagem Philosophica* um trabalho difícil, pois Alexandre Rodrigues Ferreira acusou, em algumas cartas, o quanto era problemático ficar à mercê dos atendimentos das autoridades da colônia. Em primeiro lugar, a morosidade no atendimento às solicitações que deviam esperar, por sua vez, uma resposta vinda da Coroa em Portugal; em segundo lugar, embrenhar-se por territórios inóspitos e povoados por indígenas que ainda não haviam tido contato com os europeus, sendo que isso era de conhecimento dos *índios remeiros*; os aldeados que, em algumas circunstâncias, negavam-se a continuar a viagem, causando deserções em massa. Finalmente, havia uma grande dificuldade dos governadores das capitânicas em dispor de canoas, suprimentos, remadores e soldados para acompanhar a expedição nas incursões como mencionado acima. Foram situações que causaram aborrecimentos e alguns desentendimentos entre o filósofo natural e as autoridades coloniais.

Cabe notarmos que, em meio a tantas dificuldades, um dos desejos que o filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira, por vezes, expressou em seus diários foi o de retornar para Portugal ao fim da expedição, para debruçar-se na investigação das coleções que enviava à metrópole.

Para o gigantesco trabalho de reconhecimento da natureza da América portuguesa, o filósofo natural designado para dirigir a Expedição se organizaria da seguinte forma:

Em um primeiro momento, as informações escritas eram encaminhadas à Coroa por meio das embarcações que, esporadicamente, saíam da cidade de Belém do Grão-Pará. Tais informações, denominadas de *Participações*, *Relações*, *Notícias*, *Memórias* ou *Tratados*, detalhavam em extensos relatórios todo o cotidiano da equipe no contato com os três reinos da natureza amazônica, o

qual incluíam-se os nativos, aldeados ou não; além da farta correspondência, composta de centenas de documentos escritos a próprio punho, ou encomendados a outros especialistas que a rainha colocou a serviço da expedição. Somam-se ainda notícias de colonizadores fixados em pequenas propriedades, fazendas, ou mesmo administradores e autoridades coloniais das vilas por onde a expedição passava.

Em segundo lugar, havia a questão do preparo das pranchas, ou seja, as imagens preparadas, principalmente, pelos dois riscadores, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire. Tais pranchas, que chegaram a aproximadamente 1000, deveriam ilustrar as descrições de espécimes coletados por Alexandre Rodrigues Ferreira.

Tais registros visuais só foram possíveis porque ambos acompanharam toda expedição embrenhando-se pela selva, rios e igarapés das atuais regiões amazônica e Centro-Oeste. Pelas circunvizinhanças da cidade de Belém do Grão-Pará, acompanhou-os, também, em alguns momentos, o arquiteto e também desenhista italiano Antônio José Landi.

Por último, também foi incumbido aos integrantes da *Viagem Philosophica* o preparo técnico de milhares de amostras de espécimes animais, vegetais, minerais assim como artefatos indígenas que eram acondicionados em grandes caixas, chamadas à época *caixões* e cuidadosamente enviadas para o Real Gabinete de História Natural em Portugal. O trabalho de enviar para a metrópole os materiais, principalmente os animais empalhados, contou com o auxílio do botânico Agostinho José do Cabo e de dois índios por ele instruídos.

Alexandre Rodrigues Ferreira adentrou os afluentes do Amazonas e, acerca do que recolheu para compor as coleções, anotou no diário e registrou nas iconografias. Seu trabalho produziu um mapeamento estratégico, com conhecimentos da geografia, clima e populações nativas. Quanto às ciências naturais, estas foram aplicadas para o conhecimento de minerais, animais e plantas. A botânica, por exemplo, ocupou uma função prática de caráter agrônômico: estudar a adaptação de certas plantas ao cultivo na Amazônia, suas utilidades enquanto fitoterápicos e investigações afins. Sendo que, em seus diários, Alexandre Rodrigues Ferreira afirmou ter obtido sucesso na busca por solos férteis para a cultura de diversos grãos ou fibras em determinadas regiões.

Suas observações também privilegiam a geologia, os tipos de vegetação e produtos da terra, também conhecidos, à época, como drogas do sertão. Deste modo, Alexandre Rodrigues Ferreira ocupou-se dos bens que já eram comercializados, bem como daqueles que se apresentavam como novidade em termos de aproveitamento, como a estopa da casca do castanheiro utilizada para a calafetação, ou seja, impermeabilização de embarcações (Lima, 1953, pp. 261-262).

Devemos considerar ainda que a *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, em seu caráter de investigação em ciências naturais, não deixou de estar vinculada ao processo de demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha. As fronteiras entre a América portuguesa e hispânica eram tênues geograficamente e estavam sendo construídas naquele momento. Segundo Ângela Domingues, a permeabilidade da fronteira colonial, caracterizada pelas demarcações que ignoraram a presença indígena, ultimaram por configurar relações que contrariavam a noção de fronteira estanque (Domingues, 2011, pp. 37-38). A ocupação portuguesa do vale do Rio Branco somente se efetivara no final de 1770, quando os portugueses tiveram o firme

propósito de impedir possíveis invasões dos holandeses e espanhóis, que insistiam em avançar as demarcações. As zonas mais críticas, neste período, eram, portanto, os domínios da Amazônia, onde Guiana Francesa e os espanhóis do vice-reinado do Peru faziam fronteiras. O que justificava a ampla atuação de Alexandre Rodrigues Ferreira no que se refere aos limites e à demarcação fronteiriça.

Em carta, datada de 14 de novembro de 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira anunciou a quarta remessa de coleta de produtos naturais, na parte superior do Rio Branco, sendo que estas continham 12 volumes. Na oportunidade, ele esclareceu que teria aumentado o número de remessas, não porque as espécies variassem muito de uma região para outra, mas porque, com muita facilidade, o clima contribuiria para que os espécimes coletados mofassem, fungassem ou simplesmente apodrecessem. Rodrigues Ferreira afirmou ainda que a empreitada estava exigindo muita dedicação da equipe, e que esta, por sua vez, não poupava esforços no trabalho de observar, coletar e escrever (Ferreira, [s/d]).

Alexandre Rodrigues Ferreira enviou, regularmente, os *caixões* contendo os exemplares de minerais, vegetais, animais e cultura material indígena, assim como os relatórios e descrições dos mesmos. Em suas cartas às autoridades da metrópole, sempre deixava subentendida a ansiedade do retorno à Portugal para debruçar-se no trabalho de classificação do material remetido durante os anos de permanência no Portugal Americano. Referiu-se, com preocupação, aos produtos coletados no que se relacionava ao transporte, acondicionamento e organização dos mesmos na metrópole, pois o chefe da *Viagem Filosófica* nunca fazia cópias de suas memórias e diários remetidos. Ao chegarem a Portugal, os *caixões* com as remessas ficavam aos cuidados do jardineiro botânico Júlio Mattiazzi. Este seria acusado anos depois, por Rodrigues Ferreira, pela perda de muitos dos materiais coletados durante a expedição.

O filósofo natural Rodrigues Ferreira escreveu, em 1784, ao ministro Martinho Mello e Castro (1785-1786) e novamente reiterou a disponibilidade de voltar:

[...] Eu, e os ditos Desenhadores, como S. Ex<sup>a</sup> tem visto, e reparado, temos padecido muito, depois da viagem do Rio Branco: mais que José Joaquim Freire, tem padecido Joaquim Codina, que desde que chegou, tem custado a restabelecer das febres, dores de estomago, e de ventre, que ali adquiriu. Por isso não vão agora mais que 28 desenhos: refletindo porem V. Ex<sup>a</sup>, que dentro em três anos montão acima de 400 os que se tem enviado, verá que as suas Informações são o seu trabalho. Creio que tem tido a felicidade de chegar às Mãos de V. Ex<sup>a</sup>. Digo que creio, porque depois da ultima carta, que me escreveu Julio Mattiazzi na data de 20 de julho de 1784, nem se quer tenho sabido, se lá tem chegado as produções remetidas. E esta é a mais pungente mortificação que passo, vacilando sempre, se ao penoso trabalho, que todas elas custam em observar, recolher, e preparar sobreviverá a desgraça, de chegarem mal acondicionadas. Novembro de 1784 (Lima, 1953, pp. 191-192).

Segundo estimativa resultante da reunião dos documentos e cartas feita por Américo Pires de Lima, ao longo de nove anos da *Viagem Philosophica*, o Real Museu de História Natural recebeu um total de dezenove remessas. Destas, seguiam, em cada uma delas vários *caixões*, frasqueiras, barris e caixas de flandres. Nelas constavam os mais variados produtos do reino animal,

vegetal e mineral, além dos produtos elaborados pela indústria humana, bem como as iconografias dos desenhadores.

O que resultou dos nove anos de pesquisa e coleta da equipe que formava a *Viagem Philosophica* é uma farta documentação que, ainda hoje, não foi completamente publicada e analisada. Contudo, trata-se de fontes documentais que são do interesse das mais diversas áreas do conhecimento humano. Podemos refletir que a partir da segunda metade do século XVIII, expedições semelhantes à comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, *redescobriram* colônias, territórios e possessões das nações européias. Estas viagens exploratórias impulsionaram áreas do conhecimento que apenas se esboçavam enquanto unidades temáticas dentro do amplo campo de saber denominado Ciências Naturais que seria, conseqüentemente, legitimado pela Ciência Moderna.

### **A Viagem, a Natureza e a Ciência Moderna**

A decisão do primeiro-ministro Martinho Mello e Castro, ansioso por conhecer os recursos do Portugal Americano e outras colônias, seguia uma campanha de Domenico Vandelli, de longo tempo, promovendo as pesquisas e estimulando Portugal a sair em busca de um conhecimento mais efetivo dos valores e riquezas de suas colônias, através das expedições.

Dessa forma, se a Coroa abominava os “franceses igualitários”, porque estes faziam uma afrontosa manifestação panfletária contra o colonialismo e os governos absolutistas, os filósofos naturais portugueses não deixavam por menos, trocavam correspondências, buscando as últimas novidades que circulavam na complexa rede de informações e conhecimentos que principiava na Europa Moderna (Domingues, 2001).

Não por acaso, a *Viagem Philosophica* também tinha por incumbência estudar o emprego de novas técnicas e tecnologias no que se refere ao cotidiano do colonizador português, principalmente o agrícola. Isto é ainda mais claro quando observamos os diários da expedição sendo pontuados por uma freqüente preocupação com tais questões. Portugal buscava um re-olhar para a agricultura, com tratados de utilização do solo e experiências com a introdução de plantas exóticas possuidoras de potencial mercantil e que eram, conseqüentemente, interessantes para a Coroa. Em outras palavras, Lisboa buscava empreender o seu Portugal Americano, tanto fazendo investimentos nos itens da terra considerados úteis, quanto recolhendo os frutos destes investimentos no domínio da filosofia natural e, também, da geopolítica.

Por outro lado, um ponto em comum entre as diversas expedições de naturalistas, que se realizaram no século XVIII, é que todas resultaram de um esforço político-administrativo de suas respectivas metrópoles. Implicitamente, tais expedições abrigavam um potencial transferido para a posteridade, dado o fato de que as coletas, diários e memórias resultavam em pesquisas e descobertas que poderiam se estender por anos.

Assim, as informações geopolíticas, como da cartografia costeira, os estudos concernentes aos ventos, marés; enfim, todo conhecimento que respondesse por uma navegação segura, convertia-se em informações que refletiam, quase que de imediato, nas políticas de estratégia e administração das colônias. Do que resulta uma História Natural com uma importância estratégica considerável, onde abundam temáticas como: riqueza florestal (flora e fauna),

agricultura, pesca, minério, aspectos antropológicos, medicinais (plantas de caráter fitoterápico), salubridade do território, etc.

Alexandre Rodrigues Ferreira entre uma *participação*<sup>5</sup> e outra, no tempo que lhe restava depois de preparar os materiais descritos nos diários, ou seja, as remessas que levavam espécimes animais, vegetais, minerais e/ou artefatos indígenas para a metrópole, fazia anotações acerca da natureza separadamente. A essas anotações dava-se o nome, no século XVIII, de *memórias*. Tais *memórias* resultaram de uma ampla curiosidade investigativa típica dos homens de letras do período.

Com entusiasmo, Alexandre Rodrigues Ferreira enviou, juntamente com uma de suas primeiras remessas, uma carta à metrópole. A carta relatava os sucessos da sua função, logo que chegara à capital do Pará, e noticia as novidades da primeira remessa:

Illm.º e Exm.º Snr.

A nova resolução que tomei depois de fechada a primeira carta para V. Ex.<sup>a</sup>, faz que nesta lembrança de novo diga a V. Ex.<sup>a</sup> que mandando-me ontem S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a cabeça do Tapuia que vai, para eu ver se para alguma coisa servia, tal foi a sofreguidão com que vi esta rara peça, que logo fui a Palácio dizer a S. Ex.<sup>a</sup> q. ele tinha a felicidade de remeter p.<sup>a</sup> o Gabinete de S. Mag.<sup>e</sup> uma peça de q. nos Gabinetes da Europa não há exemplo. E como nem S. Ex.<sup>a</sup> nem eu podemos com direito demorar hum só dia mais uma peça como esta, logo na Embarcação q. já hoje devia partir, assentamos S. Ex.<sup>a</sup> e eu, S. Ex.<sup>a</sup> de a oferecer p.<sup>o</sup> Real Gabinete, eu de juntam.<sup>e</sup> com ela remeter a q. estava à mão. Vão pois com a dita cabeça, uma enfiada de dentes, uns poucos de colares, e braceletes de penas q. tudo vinha junto com a cabeça em uma caixa, sem poder-se a respeito disto saber mais por agora, do que, que viera de Santarém a tal caixa daqui sete, ou 8 dias de viagem [...] (Lima, 1953, pp. 115-116).

Embora o filósofo natural não especifique à qual nação indígena teria pertencido componente tão singular desta primeira remessa, segundo Carlos Araújo Moreira Neto (Moreira Neto, 1988), tudo leva a crer que a cabeça do índio presentada ao novo Governador da capitania do Grão-Pará e enviada para Portugal fosse de um Mundurucu.

As anotações de Alexandre Rodrigues Ferreira deixam a impressão de que os registros seriam retomados futuramente. Assim, são inúmeras as observações no que diz respeito à etnografia, zoologia e botânica. Podemos também perceber que em todas as *memórias* é possível captar o filósofo natural luso-brasileiro às voltas com um exercício da observação, coleta e classificação que se esboçava, mas que ainda não estava devidamente aprofundado, muito certamente por conta dos planos futuros de incluírem um estudo de gabinete do material coletado.

Entendia Alexandre Rodrigues Ferreira que a bacia amazônica possuía uma das mais ricas floras do mundo, com igualmente riquíssima fauna, com destaque para as aves pernaltas, mamíferos arborícolas, com variedade de primatas, alguns tão minúsculos que podiam ser acomodados na palma da mão; e aquáticos, estes abrigando duas espécies de golfinhos, duas de lontras e

---

<sup>5</sup> Designação que o filósofo natural dava aos relatórios que enviava à Coroa dando notícia das regiões, vilas e aldeias por onde passava. As participações se faziam acompanhar de relatos tanto da competência do trabalho de um filósofo natural quanto de informações relacionadas às questões econômicas, políticas e/ou administrativas.

uma de peixe-boi. Para Michael Goulding (1993, pp. 75-204), aquilo que constitui as quase 30 mil espécies da flora já descritas, corresponde a um terço do total existente na América do Sul. Devemos concordar com Alexandre Rodrigues Ferreira, o reconhecimento da flora e fauna da Amazônia não poderia ser trabalho para apenas um filósofo natural ou, apenas um século (Ferreira, 1972).

Com relação à metodologia adotada pelo mesmo, chama-nos a atenção o modelo sistemático adotado por ele quanto às classificações zoológicas e botânicas. O trabalho de Rodrigues Ferreira é pioneiro no que se refere à adoção do modelo de classificação lineano; modelo este, adotado pelas universidades portuguesas enquanto que as francesas, tantas vezes comemoradas como o berço das ciências modernas, ainda se viam às voltas com o modelo buffoniano de classificação<sup>6</sup>.

Com todas as dificuldades, percalços e limitações, a *Viagem Philosophica* foi a única grande expedição científica portuguesa enviada à Amazônia que, em si mesma, evocou o exercício das ciências que se estruturavam a partir do século XVIII.

Um fator importante é o resultado destes nove anos de trabalho de campo nos coloca diante da atmosfera intelectual que Portugal vivia naquele momento. Não é possível entender o pleno sentido do trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira como filósofo natural e inspetor metropolitano, sem nos reportarmos ao ambiente e momento de fecunda produção em ciências naturais, em particular a Filosofia Natural, que encontramos na Europa do século XVIII. Deste modo, a *Viagem Philosophica* nos fornece elementos suficientes para questionarmos a percepção mais tradicional nos estudos de História Moderna, que não consegue ver em Portugal uma produção intelectual contundente.

É, pois, a partir da referida expedição que nos deparamos com essa preocupação de Portugal em investigar os campos que constituíam a Filosofia Natural; não a encontrando em seus antecedentes tão claramente. Aliás, na *Viagem Philosophica* o filósofo natural está presente em cada observação renovadora, quando busca as causas dos fenômenos ou quando investiga a razão de ser de um acontecimento na sociedade ou na natureza; quando, enfim, toma sobre si a responsabilidade da investigação (Santos, 2001).

### **O Desfecho da *Viagem Philosophica* e o fim trágico de Alexandre Rodrigues Ferreira**

Em três de outubro de 1792, Alexandre Rodrigues Ferreira retornou à cidade de Belém do Pará, tendo aguardado, por nove meses, a autorização para regressar a Portugal. Enquanto esperava, aproveitou para observar e descrever

---

<sup>6</sup> Buffon propôs a utilização de um método de classificação natural (o processo de identificação e taxonomia das espécies não preocupava Buffon) em defesa dos princípios de continuidade e afinidade entre as espécies, enfatizando o histórico material das espécies analisadas. Seu método estava em franca aversão ao proposto por Linné. Este se ocupava da diversidade da natureza utilizando a diferenciação taxonômica. Linné tinha dentro do seu método de classificação, a descontinuidade e a compreensão morfológica como aspecto principal para a taxonomia. Em resumo podemos acrescentar que Linné era partidário da filosofia de Platão e da lógica tomista e que Buffon estava muito mais inclinado às idéias promovidas por Isaac Newton e Leibniz, idéias estas que apostavam na continuidade e na plenitude e que estavam em acordo com o conceito aristotélico de escala de perfeição (Papavero; Llorente-Bousquets, 1994).

o fenômeno da Pororoca<sup>7</sup> na confluência dos rios Guamá e Capim. Foi também durante este período, que o filósofo natural conheceu e desposou D. Germana, filha do Capitão-general Luiz Pereira da Cunha, sendo que este último ficou responsável por cuidar e enviar os *caixões* com as remessas e relatórios do filósofo natural para o Real Museu de História Natural em Portugal.

No mesmo ano de 1792, Rodrigues Ferreira recebeu ordens para retornar para Portugal. Sua esposa não o acompanhou, uma vez que o Capitão-general Luís Pereira da Cunha, seu sogro, ainda não havia recebido autorização da Coroa para embarcar a filha. Em Lisboa, o filósofo natural foi recebido com honrarias e recompensado pelos serviços prestados à Coroa. Recebeu de D. Maria I, a condecoração com o Hábito da Ordem de Cristo. Nomeado Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios, assumiu incumbências que, nem sempre se coadunaram com sua formação de filósofo natural, mas que consumiriam seu tempo de maneira considerável. Com a morte de Julio Mattiazzi, Rodrigues Ferreira assumiu a função de Diretor Interino do Real Gabinete de História Natural e, decididamente, foi afastado da atividade que tanto almejava: classificar, catalogar e estudar todo aquele material que, durante nove anos, coletara em sua *Viagem Philosophica*.

As frustrações de filósofo natural não estariam, contudo, encerradas. Com a invasão de Portugal pelo exército napoleônico e a ocupação de Lisboa pelas tropas do Marechal Junot, o Museu de História Natural de Paris recebeu uma carta do Ministro do Interior da França, Emmanuel Cretet, sugerindo a *visita* de um filósofo natural encarregado das *permutas* com as instituições portuguesas. Em 1808, atendendo à solicitação do ministro francês, chegava a Portugal Etienne Geoffroy de Saint-Hilaire (1772-1844). As tais *permutas* entre os gabinetes e jardins botânicos franceses e portugueses acabam por se revelar em um triste espetáculo de confisco de boa parte dos acervos de História Natural existentes em Portugal, principalmente aqueles encontrados no Museu de História Natural da Ajuda. Curiosamente, Domenico Vandelli, então Diretor do Gabinete de História Natural de Lisboa, foi acusado de colaborar e/ou omitir-se de responsabilidade diante do confisco francês, coordenado pelo filósofo natural Geoffroy de Saint-Hilaire (Goeldi, 1895).

Posteriormente, alguns trabalhos de filósofo natural franceses foram atribuídos à usurpação das *memórias* de Alexandre Rodrigues Ferreira, sendo que estas se encontravam em Portugal até o momento da invasão francesa. O pesquisador Emílio Goeldi (*ibidem*), em estudo e publicação que levantou parte dos originais de Alexandre Rodrigues Ferreira, acusou o zoólogo francês Geoffroy de Saint-Hilaire de praticar *pilhagem* com os materiais do filósofo natural. Ele confirmou 19 espécies de macacos vindos da América portuguesa e que, em Paris, foram classificados pelo zoólogo francês sem qualquer referência ao filósofo natural luso-brasileiro. O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*); o boto vermelho (*Inia geoffrensis*); aves como o pavão-do-mato (*Pyroderus scutatus*), anambé-preto (*Cephalopterus ornatus*) ou toropixi (*Cephalopterus ornatus*), espécies que aparecem nas descrições e iconografias dos desenhistas que acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira e que, até hoje, tem suas descrições e classificações creditadas à Geoffroy de Saint-Hilaire. Examinando as iconografias da *Viagem Philosophica*, é possível entender que algumas

<sup>7</sup> Trata-se de um manuscrito, cuja relação encontra-se nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Cabral, 1876-1877).

estampas inéditas foram confiscadas, caíram nas mãos do zoólogo francês, que atribuiu a si a autoria da descrição, classificação e nomeação de espécies que eram, até então, desconhecidas das ciências naturais (Cruls, 1976; Goeldi, 1895; Teixeira, 1992, pp. 63-79).

Embora alguns manuscritos e iconografias, com a queda de Napoleão, tenham retornado oficialmente a Lisboa, o saque promovido pela ocupação francesa ocasionou um esfacelamento do acervo que compunha a *Viagem Philosophica*. É o caso de refletirmos o porquê do herbário coletado por Alexandre Rodrigues Ferreira encontrar-se, até hoje, no *Jardin des Plantes* em Paris, por sinal em péssimas condições de conservação (Teixeira, 1992, pp. 63-79).

A responsabilidade e/ou omissão de Vandelli, ou a acusação de Alexandre Rodrigues Ferreira, frente ao desleixo de Julio Mattiazzi, para com o material que o luso-brasileiro coletou e enviou da colônia para o Museu da Ajuda, durante nove anos, não podem realmente ser ignorados. Podemos imaginar o que aconteceu após o herbário da *Viagem Philosophica* seguir para Paris, ser simplesmente deixado em algum depósito e, inevitavelmente, ter suas etiquetas de identificação perdidas ou misturadas, dando fim a anos de intenso trabalho de coleta e classificação.

Contudo, quando ocorreu a invasão das tropas napoleônicas em Portugal, já se iam quinze longos anos do regresso do filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira; quinze anos em que jaziam as coleções da Amazônia luso-brasileira depositadas no Real Gabinete de História Natural de Lisboa, à espera do trabalho de identificação. A burocracia seguia um ritmo bem diferente das ciências naturais em Portugal. O resultado foi que a classificação dos materiais coletados na Amazônia, bem como o reconhecimento devido ao filósofo natural Alexandre Rodrigues Ferreira, através das publicações de suas *memórias*, não viria à público. Não antes de o filósofo natural falecer.

A partir desse momento, muitos europeus, ilustres ou não, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro e, após *estagiarem* pelos arredores da capital do novo Reino Unido, circularam e/ou se estabeleceram pelo restante deste.

Tratava-se de comerciantes urbanos, prósperos investidores, professores e letrados (Domingues, 2001, p. 824). Esses últimos com objetivos bem definidos em relação à grande atração que sobre o resto do mundo exercia o ecossistema americano, em especial o Brasil, dada a oportunidade que se oferecia na busca por novas espécies, doenças, curas, fenômenos geográficos, climáticos...

Enquanto isso, Alexandre Rodrigues Ferreira, ainda em Portugal, lamentava a pilhagem dos 9 anos de coleta que fizera na América portuguesa. Lembra-nos Emílio Goeldi que o filósofo natural já se preparava para fazer parte do séquito que acompanhou a arquiduquesa D. Maria Leopoldina para o seu consórcio com D. Pedro no Brasil, fato que ficou conhecido como a *Expedição Alemã* (1817-1820) que, entre artistas e pesquisadores, trariam o naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius e o zoólogo Johan Baptist von Spix. Entretanto, uma fatalidade faria com que Ferreira não somente deixasse de acompanhar a expedição da arquiduquesa, como nunca mais cruzasse o Atlântico em direção ao Brasil.

O filósofo natural, que sobreviveu a 39.000 quilômetros pelas matas inóspitas, espreitado pelos perigos dos assaltos de *gentios*, animais e patógenos,

deixou-se vencer pela depressão entregando-se ao alcoolismo. Em 23 de abril de 1815 morreu vítima das sequelas do álcool. Um final que seus biógrafos preferiram ocultar durante bastante tempo, (Cabral, 1876-1877; Goeldi, 1982; Roquete-Pinto, 1933, pp. 20-23; Corrêa Filho, 1939), ao afirmar que sua morte teria sido causada somente pelo desgosto ou melancolia. Talvez por acreditarem que o homem fosse diferente do filósofo natural.

### Bibliografia

- BLUND, Wilfrid. *El Naturalista: vida, obra y viajes de Carl von Linné (1707-1778)*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1982.
- CABRAL, Alfredo do Valle. "Alexandre Rodrigues Ferreira: notícias das obras manuscritas e inéditas relativas à Viagem". *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Brasil, 1, 1876-1877. (pp. 103-222).
- CARVALHO, Rómulo de. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Bertrand, 1987.
- CORRÊA FILHO, Vergílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista*. São Paulo, Nacional, 1939.
- COSTA, Maria de Fátima. "Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. VIII (suplemento), 2001. (pp. 993-1014).
- CRULS, Gastão. *Hiléia Amazônica: aspectos da Flora, Fauna, Arqueologia e Etnografia Indígenas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim Vistas e Observadas, oxalá foram fábulas sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, Uma Leitura Auto-Etnográfica*. Tese de doutoramento. Curitiba, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2004.
- DOMINGUES, Ângela. "'Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira': os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial". *Almanack*. Guarulhos, 1, 2011. (pp. 35-51).
- DOMINGUES, Ângela. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a Constituição de Redes de informações no Império português em finais do Setecentos". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, VIII, 2001. (pp. 823-38).
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém, Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, [s/ d].
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.
- GOELDI, Emilio Augusto. *Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira: mormente em relação as suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista*. Belém, Alfredo Silva, 1895.
- GOULDING, Michael. "Rios Amazônicos e sua Biodiversidade". In: MONTEIRO, Salvador – Leonel, KAZ (orgs.). *Amazônia: Flora, Fauna*. Rio de Janeiro, Alunbramento, 1993. (pp. 75-204).
- HANKINS, Thomas L. *Ciência e Iluminismo*. Porto, Porto Editora, 2004.

- KURY, Lorelai. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 11 (suplemento), 2004. (pp. 109-129).
- LIMA, Américo Pires de (org.). *O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Divisões de Publicações e Biblioteca, 1953.
- LINNÉ, Carl von. *Systema Naturae, per Regna tria Naturae, secundum Classes, Ordines, Genera, Species, Cum Characteribus, Differentiis Synonymis, Locis*. Tomos I, 13 ed. Vindobonae [Vienna], Typis Ioannis Thomae, 1767.
- LOPES, Maria Margaret - Clarete Paranhos da, SILVA. "Investigações em história natural no Ceará: os estudos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824)". *Revista de Ciências Humanas*. Taubaté, 9(1), 2003. (pp. 69-75).
- LOPES, Maria Margaret - Clarete Paranhos da, SILVA - Silvia, FIGUEIRÔA - Rachel, PINHEIRO. "Scientific Culture and Mineralogical Sciences in the Luso-Brazilian Empire: The Work of João da Silva Feijó (1760–1824) in Ceará", em *Science in Context*. Tel Aviv; Berlin, 18(2), 2005. (pp. 201-224).
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. "O império dos sentidos: a natureza americana nas viagens de um ouvidor luso-brasileiro", em *Varia História*. Belo Horizonte, 21, 1999. (pp. 332-342).
- PAPAVERO, Nelson - Jorge, LLORENTE-BOUSQUETS. *Principia Taxonômica*. vol. III. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1994.
- PAPAVERO, Nelson - Nelson, SANJAD - Abner, CHIQUIERI - William Leslie, OVERAL - Riccardo, MUGNAI. "Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, 5(2), 2010. (pp. 493-533).
- PATACA, Ermelinda Moutinho. "Confecção de desenhos de peixes oceânicos das 'Viagens philosophicas' (1783) ao Pará e à Angola". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 10(3), 2003. (pp. 979-91).
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Arte, ciência e técnica na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira: a confecção e a utilização de imagens histórico-geográficas na capitania do Grão-Pará entre setembro de 1783 e outubro de 1784*. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2001.
- PATACA, Ermelinda Moutinho - Rachel, PINHEIRO. "Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro". *Revista da Sociedade Brasileira de História das Ciências*. Rio de Janeiro, 3(1), 2005. (pp. 58-79).
- PATACA, Ermelinda Moutinho. "A Ilha do Marajó na Viagem Philosophica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, 1(1), 2005. (pp. 149-169).
- PATACA, Ermelinda Moutinho. "Viagens Científicas no Império português (1755-1808)". *I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra – UNICAMP*. Campinas, 2007. (pp. 383-390).
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese de doutoramento. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2006.
- RAMINELLI, Ronald José. "Ciência e colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira". *Tempo*. Niterói, 7, 1998. (pp. 5-28).

- ROQUETE-PINTO, Paulo. "Um naturalista brasileiro". *Revista Nacional da Educação*. Rio de Janeiro, 13-14, 1933. (pp. 20-23).
- RUDWICK, Martin J. S. *Bursting the Limits of Time*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2005.
- SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873*. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2001.
- SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. *A Viagem Philosophica: O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII*. Dissertação de mestrado. Maringá, Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2001.
- SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. *Dos Cometas do Nordeste aos Tesouros da Amazônia: os Jesuítas João Daniel e Jose Monteiro da Rocha no contexto das ciências naturais do século XVIII*. Tese de doutoramento. Curitiba, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2006.
- SILVA, Cláudio Paranhos da - Maria Margaret, LOPES. "O ouro sob as Luzes: a 'arte' de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 11(3), 2004. (pp. 731-750).
- SILVA, Maria beatriz Nizza da. "A História Natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano". *Oceanos*. Lisboa, 24, 1995. (pp. 12-24).
- TEIXEIRA, Dante Martins. "Um espelho distante: Os Resultados Zoológicos da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira" in ASSOCIAÇÃO PROMOTORA da Instrução (ed.). *Viagem Philosophica: Uma redescoberta da Amazônia*. Rio de Janeiro, Index, 1992. (pp. 65-80).
- VARELA, Alex Gonçalves - Maria Margaret, LOPES. "As atividades científicas do naturalista Martim Francisco Ribeiro de Andrada na capitania de São Paulo (1800-1805)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 14(3), 2007. (pp. 947-972).
- VERRAN, Rossana Samarani. *Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza*. Tese de doutoramento. Porto Alegre, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUC-RS, 2006.

#### **Eulália Maria Aparecida Moraes**

Graduada em História (1998) e Mestre em Geografia (2001) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em História Social (2006) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) - Departamento de História.

**Contato:** eulaliamoraes@hotmail.com

#### **Christian Fausto Moraes dos Santos**

Graduado em História (1998) e Mestre (2002) em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (2005). Pós-doutor em História Social da Cultura pela UFMG (2008). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC-UEM).

**Contato:** chfausto@hotmail.com

**Rafael Dias da Silva Campos**

Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (2012). Realizou pesquisa sob o financiamento da Fundação Araucária. Graduado em História pela mesma instituição (UEM) (2009). Desenvolveu dois projetos de pesquisa científica (PIBIC), financiados tanto pela Fundação Araucária, quanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Contato:** rafael\_diascampos@hotmail.com